

▼ CONGRESSO

Trabalhador não pode “receber a conta” do ajuste fiscal do governo, diz Renan

Aos gritos, os sindicalistas pediram que Dilma revogue as duas MPs. Do contrário, prometem mobilizar os congressistas para que sejam derrubadas no Congresso. “Ô Dilma, presta atenção, ou revoga a MP ou paramos a nação”, cantaram

GABRIELA GUERREIRO E MÁRCIO FALCÃO
Da Folhapress

BRASÍLIA - Em um recado ao Palácio do Planalto, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse ontem que o Congresso Nacional deve modificar as medidas provisórias do governo que tornam mais rígidas as regras para concessão de benefícios trabalhistas.

“Não podemos transferir a conta do ajuste para o trabalhador. O protagonismo do Senado e do Congresso Nacional será no sentido de criar alternativas para que o trabalhador não seja duramente sacrificado. Porque isso significa, do ponto de vista econômico e social, um retrocesso”, afirmou.

Representantes das principais centrais sindicais procuraram o comando do Congresso, ontem, para pressionar pela derrubada das medidas de ajuste fiscal propostas pela presidente Dilma Rousseff. O grupo se reuniu, separadamente, com os presidentes da Câmara e do Senado.

Ao contrário de Renan,

o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), evitou criticar publicamente as medidas provisórias editadas pelo governo. O presidente da Câmara disse que está disposto a abrir uma mesa de negociação, mas lembrou que as MPs serão discutidas, primeiramente, por comissões formadas por deputados e senadores. Depois, cada medida provisória será votada no plenário da Câmara e no Senado.

Ele afirmou que “não podia tratar do mérito” das medidas provisórias “porque não é minha função”. O peemedebista recomendou que os sindicalistas centrem esforços nos partidos políticos e nos integrantes das comissões que serão criadas.

“[Como há as comissões] Nosso espaço [na Câmara], é muito menor. Neste momento, vocês devem transferir esforços para os partidos políticos e as comissões”, afirmou.

Em entrevista, Cunha defendeu “cautela” no ajuste fiscal. “Não posso dizer que tem de sair neste formato e ser deste tamanho. Essas contas são de quem fez as propostas. A gente sabe que

é necessário [o ajuste] basta ver o superavit primário no ano anterior, que virou um deficit”, afirmou o deputado. “Definitivamente, se você não tiver as contas sob controle, corre o risco de o país perder o grau de investimento --uma consequência muito danosa para a economia, porque obriga investidores a fugirem do País”, completou.

A reportagem apurou que o presidente do Senado disse aos sindicalistas que o ajuste promovido pelo governo “nas costas dos trabalhadores” não conta com o apoio do Congresso.

Os sindicalistas também cobraram a manutenção da correção da tabela do Imposto de Renda em 6,5% em 2015 conforme aprovada no ano passado por deputados e senadores, mas que acabou vetada pela petista. O veto deve ser analisado por deputados e senadores no próximo dia 24. O Planalto se comprometeu com a correção de 4,5%, mas ainda não oficializou a proposta.

As entidades, como Força Sindical, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e UGT (União Geral dos Trabalhadores) são contrárias



O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) concede entrevista no Senado Federal

às medidas anunciadas pelo governo.

Aos gritos, os sindicalistas pediram que a presidente Dilma Rousseff revogue as duas MPs. Do contrário, prometem mobilizar os congressistas para que sejam derrubadas no Congresso. “Ô Dilma, presta atenção, ou revoga a MP ou paramos a nação”, cantaram.

TRAIÇÃO - Presidente da Força Sindical, Miguel Torres disse que não há margem para negociar pon-

tos do pacote porque todas as medidas prejudicam os trabalhadores.

“Não são essas medidas que vão sanar os problemas que o governo diz ter. Queremos que sejam revogadas essas medidas”, afirmou o sindicalista.

Torres rebateu o argumento do governo de que as novas normas tentam sanar problemas, como fraudes nas concessões dos benefícios. “Não é porque tem uma dor de

cabeça, que corta a cabeça fora”, afirmou. “Nós, trabalhadores, nos sentimos traídos”, completou.

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), conhecido como Paulinho da Força Sindical, disse que as entidades vão pressionar o Planalto para a revogação das MPs. “O correto é a Dilma retirar as medidas, ou a Câmara devolvê-las. Se isso não acontecer, vamos derrotá-las no plenário”, afirmou.

▼ EDUCAÇÃO

Centralizar oferta do Fies “otimiza” busca por vagas, diz MEC

FLÁVIA FOREQUE
Da Folhapress

BRASÍLIA - O secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, defendeu ontem um novo modelo para oferta de financiamentos do Fies e disse que a pasta “não abre mão” de uma pontuação mínima no Enem para acesso ao programa.

No final do ano, portaria do MEC passou a exigir nota de 450 pontos no exame para o estudante obter o contrato. A exigência, e a redução do fluxo de pagamento para as mantenedoras geraram fortes críticas do setor.

Diante das mudanças, o sistema do Fies ficou em manutenção e, no final de janeiro foi reaberto para aditamento de contratos em vigor. A previsão é que até o final deste mês o site esteja disponível para novos contratos.

A defesa de um novo modelo de oferta dos contratos, que segue os moldes do Sisu-sistema online que reúne vagas em instituições públicas- foi feita pelo secretário-executivo em seminário da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior).

Segundo ele, a ideia de criar um sistema único para oferta de contratos do Fies vai melhorar a oferta de vagas aos estudantes interessados em obter o financiamento estudantil. “Não é limitador [o modelo em estudo]. Ele otimiza a oferta de vagas. É um sistema vitorioso, porque mostra as boas vagas que estão sendo ofertadas”, disse Costa.

▼ INSTITUTO FEDERAL

IFPR fixa prazo para conclusão do bloco administrativo

Na última segunda-feira, o prefeito Rogério Lorenzetti esteve reunido em audiência com o Diretor Geral do Campus Paranaíba do Instituto Federal do Paraná (IFPR), professor José Barbosa Dias Junior, que anunciou para o primeiro semestre deste ano a conclusão do bloco administrativo de 2.700 m² que está sendo construído na instituição e que irá abrigar, além do setor administrativo, uma biblioteca de quase 600 m². A obra está orçada em R\$ 4 milhões.

Também está previsto para o primeiro semestre desde ano o início da construção de uma quadra po-

liesportiva, que foi licitada no ano passado. “Será um ginásio de 1.200 m² com capacidade para 400 pessoas sentadas e 1.500 pessoas em pé, além de um palco para apresentações. É uma obra muito moderna e que terá um custo aproximado de R\$ 2 milhões”, revelou Barbosa. Somadas, as duas obras representarão um investimento de mais de R\$ 6 milhões no campus.

Atualmente, cerca de 500 alunos estão matriculados no campus de Paranaíba, que oferece seis cursos, sendo dois superiores.

“Ampliamos o quadro de servidores em aproximadamente 30% para este ano e teremos um concur-



Segundo Barbosa, será um ginásio de 1.200 m² com capacidade para 400 pessoas sentadas e 1.500 pessoas em pé, além de um palco para apresentações

so, previsto para junho, para a contratação de mais técnicos e professores.

Também estamos buscando para 2016 a implantação do curso de tecnólogo em

agroindústria, que está em processo de aprovação”, completou o diretor.

“Quando você está feliz, consegue fazer alguém do seu lado feliz.”

DONA CIDA RAVAGNANI
Voluntária

COMPARTILHE
PARANAÍ
#MINHAPVAI

CIDADE DE
Paranaíba